

berto Sales quando considerava, por exemplo, que entre nós a monarquia não fôra escolhida pelo povo (pág. 83), sem nos explicar contudo a qué espécie de povo êle se referia, isto é, qual a opinião pública organizada e independente que podia naquela altura ter-se pronunciado por essa opção: monarquia-república.

Analisando os momentos mais expressivos da pregação de Alberto Sales, com indisfarçável inclinação apologética, Luis Washington Vita fica não poucas vêzes quase que inteiramente sujeito às opiniões e conceitos de outros autores.

No tocante à bibliografia, acreditamos que obras como as de Heitor Lira, **História da queda do Império** e de Gilberto Freire, **Ordem e Progresso**, poderiam ser usadas com proveito idêntico àquêle tirado pelo autor em outras fontes de informação histórica ou interpretação político-social.

Por último, embora o livro não se proponha a ser uma biografia, segundo a maneira clássica de entender êsse gênero, mas antes "revelar a contribuição de Alberto Sales para a história das idéias no Brasil", acreditamos não ser descabido reclamarmos maior presença do homem Alberto Sales em suas páginas, pois sua dimensão humana poderia ainda mais auxiliar a compreensão de suas posições político-doutrinárias.

#### JOSÉ ROBERTO DO AMARAL LAPA

\*

\* \*

ARDANT (Gabriel). — *La théorie sociologique de l'impôt*. Coleção "Bibliothèque Générale". Publicação da "École Pratique des Hautes Études. VIe section". S.E.V.P.E.N. Paris. 1965. 2 volumes.

Êste livro não é uma obra referente ao fisco. Trata-se da abertura de um nôvo domínio para a Sociologia, ou melhor, da criação de um nôvo método.

Como se pode conceber, com efeito, uma Sociologia que ignore o mecanismo que assegura a imposição do Estado sôbre o indivíduo, essa "técnica liberal" cuja organização é a razão de ser dos Estados modernos?

Ê demonstrando êsse mecanismo, por uma análise técnica minuciosa, apoiada sôbre uma experiência profissional, combinada com uma formação econômica e filosófica, que o Autor pôde demonstrar como a infra-estrutura econômica do Estado não podia ser compreendida se não se explicasse pela infra-estrutura do impôsto.

Tratando de estabelecer leis sociológicas, o Autor não deixou de tirar uma série de conclusões práticas. Mostra como o problema tão atual da reforma das economias socialistas dependem de uma judiciosa utilização dessa técnica liberal que constitui o impôsto. Indica, muitas vêzes, como as orientações do sistema fiscal dos países ocidentais deveriam ser reformados para cessar de desempenharem cada vez

mais, o papel de freio. Sublinha, enfim, os inconvenientes de uma política financeira insuficientemente preocupada com a sua retaguarda econômica.

E. S. P.

\*

\* \*

**L'histoire et l'historien.** — Recherches et Débats du Centre Catholique des Intellectuels Français. Cahier n.º 47, Librairie Arthème Fayard, Paris, junho, 1964, 230 pgs.

Em encontros dirigidos por Fernand Braudel, Étienne Borne e H. Irenée Marrou, o Centro Católico de Intelectuais Franceses organizou um Colóquio em fevereiro de 1964, do qual algumas comunicações vêm de ser reunidas e cuja publicação merece registro, não apenas pelo fato de envolver nomes de proa da historiografia francesa, como também pela substantividade dos temas abordados.

A divisão geral permite a acomodação — dada a amplidão dos temas propostos — das diversas tendências da historiografia francesa contemporânea, condição essencial para o diálogo: “História em devir”, “Métodos e ideologia”, “História e cultura”, “Conhecimento e interpretação em História” e “Crônicas”. Dentro desses títulos amplos encontramos temas como “Historiadores crentes e historiadores não-crentes perante a história religiosa”, de Roger Aubert; “História social e filosofia da história”, do renomado Pierre Vilar; “A história no ensino secundário: cultura e pedagogia”, de Eugène Jarry; ou ainda, por exemplo, as vigorosamente críticas “Reflexões sobre a historiografia francesa contemporânea”, de quatro jovens da “École Normale Supérieure”, onde há uma série de observações sobre os objetivos, métodos e resultados daquela historiografia. Aliás, neste último exemplo, percebe-se que o C.C.I.F. leva à prática a idéia segundo a qual “cada geração faz sua história” e que é possível o debate, ainda que por véses rigorosamente críticos, como se dá, nas “Reflexões” acima referidas, em relação à história “neo-guelfa” de Fliche-Martin (pág. 88), ou em relação à história triunfalista de Daniel-Rops (pág. 89).

Quer-nos parecer que, do conjunto, sobressai o trabalho de Pierre Vilar, especialista em história da Espanha. Na sua comunicação, estabelece relações entre a função do historiador das sociedades e sua filosofia da história. É de se notar o paralelo: anteriormente, fora proposto a Roger Aubert (pág. 28) relacionar a fé religiosa do historiador e suas implicações na pesquisa em história das religiões.

Vilar, admitindo que um problema histórico pode comportar várias soluções, mostra que o historiador quando tenta compreender, supõe que a história tem um sentido. “Esse postulado não é “filosofia da história”. É a condição duma ciência histórica” (pág. 46). Quanto a certos setores dos pensamentos sociológico e econômico, o A. criti-